

ESTUDANTES SURDOS NÃO FALANTES DA LIBRAS E O AEE: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS IMPLEMENTADAS NA REDE MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Aline Olin Goulart Darde

A educação de surdos no Brasil ganhou notório destaque após o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) pela Lei n. 10.436/2002 e da Educação Bilíngue como uma alternativa condizente com as necessidades educacionais desses sujeitos, sobretudo, após a publicação do Decreto n. 5626/2005 que regulamenta a Lei que oficializa a Libras. Tais avanços estão evidenciados nas políticas públicas educacionais vigentes e na indicação de serviços próprios ou de apoio especializado para os estudantes surdos que optam pelo Bilinguismo, manifestado em escolas bilíngues, classes bilíngues e na escola inclusiva bilíngue.

De acordo com as políticas públicas educacionais inclusivas brasileiras, nas quais a Rede Municipal de Florianópolis é signatária, aos estudantes surdos é garantido o direito de frequentar o ensino comum, na escola inclusiva, espaço onde sua diferença deve ser respeitada. Importante destacar que os estudos apontam a surdez como diferença, não podendo, assim, ser compreendida de uma única forma. Nesse sentido, entende-se a surdez do ponto de vista da heterogeneidade, produzindo-se várias formas de reconhecer o surdo na sua singularidade como sujeito social e como grupo, na sua heterogeneidade e nos modos de constituir-se como sujeito de linguagem nas interações sociais.

Na escola inclusiva, os estudantes surdos são público-alvo da Educação Especial e para eles é ofertado o Atendimento Educacional Especializado (AEE), serviço da Educação Especial que atua de forma complementar e/ou suplementar ao ensino comum. Sendo o AEE um direito do estudante surdo, independente da sua heterogeneidade, questiona-se a forma como ele apresenta-se para os estudantes surdos não falantes da Libras. Dessa forma, este trabalho tem o objetivo de apresentar um recorte dos resultados encontrados na minha dissertação de mestrado por meio do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, na qual teve o objetivo de compreender os discursos sobre os sujeitos surdos não falantes da Libras nas políticas públicas educacionais inclusivas para entender as diretrizes de trabalho do AEE para esses sujeitos, destacando-se aqui as diretrizes da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

Tem-se uma pesquisa de cunho qualitativo no contexto da Linguística Aplicada, na qual seu objeto de estudo está situado nas práticas sociais discursivas, nas diferentes esferas de

atividade humana. Situada aqui nos discursos das políticas públicas educacionais inclusivas da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, incluindo o discurso da gestão da Educação Especial dessa rede no que diz respeito à inclusão dos estudantes surdos e o AEE. Esta pesquisa ancora-se teórico-metodologicamente no Círculo de Bakhtin e nos Estudos Contemporâneos de Análise Dialógica do Discurso. Os movimentos constitutivos que delinearam essa pesquisa para geração e análise de dados foram: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo de campo (entrevista com o gestor da Educação Especial). Esta pesquisa foi realizada no ano de 2017 e 2018, finalizada para defesa em junho de 2018, na qual foi aprovada pela banca examinadora.

Conclui-se que as diretrizes do AEE para os estudantes surdos na Rede Municipal de Florianópolis refletem e refratam os discursos produzidos nas políticas públicas educacionais inclusivas, atravessados pela bipolaridade e contrastes entre os discursos sobre a surdez produzidos historicamente a partir do viés biológico/clínico e do pelo viés socioantropológico, e que prevalecem até a contemporaneidade (BAKHTIN [VOLOSHÍNOV], (2014 [1929])). O que corrobora-se com o discurso do gestor da Educação Especial, voz social que representa essas políticas na esfera pesquisada.

Diante disso, para os estudantes surdos falantes da Libras, nota-se que as diretrizes do AEE são bem definidas por meio de proposta fundamentada no Bilinguismo. Porém, para os estudantes surdos não falantes da Libras as diretrizes são quase silenciadas, uma vez que não apresentam uma proposta de trabalho fundamentado que contemple as necessidades educacionais e linguísticas desses sujeitos, assim como apresenta para o AEE dos falantes de Libras. Questões, que de uma maneira mais ampla, relacionam-se diretamente com a gestão das políticas linguísticas da Libras.

Porém, na escola inclusiva existem os que optam e não optam por ela Libras, dessa forma há que pensar-se em alternativas para os que não optam. O que propõe-se, dessa forma, é um trabalho com os estudantes surdos não falantes da Libras que contemple a complementação do ensino da Língua Portuguesa, fundamentado no ensino de primeira língua, considerando as suas especificidades linguísticas e como sujeito surdo. Dessa forma, é preciso construir um olhar sobre esse sujeito de outras formas. Sugere-se aqui o *modelo social da deficiência* (WERNECK, 2004).

Importante considerar que para além das vivências auditivas que os dispositivos auditivos eletrônicos proporcionam aos surdos, eles são sujeitos eminentemente visuais, para eles é pela visão que se acessa tudo (LEBEDEFF, 2017). E, no contexto educacional, quando fala-se em experiência visual para surdos não pode-se reduzi-las às experiências linguísticas visuais, ou

seja, a utilização da língua de sinais (QUADROS, 2003). Mas de uma maneira geral, possibilitar experiências escolares significativas que privilegiam a sua experiência visual no mundo (STROBEL, 2009).